rios que se aposentam depois da sua passagem ao serviço do continente, ficando assim uniformizadas as percentagens do referido artigo 142.º;

Usando da faculdade que me confere o artigo 67-B da Constituição Política da República Portuguesa:

Hei por bem, sob proposta do Ministro das Colónias, decretar o seguinte:

Artigo 1.º A aposentação pode ser concedida aos magistrados judiciais e do Ministério Público e aos funcionários de justiça, com a totalidade do vencimento de categoria ou com uma percentagem sobre o mesmo vencimento.

§ 1.º Com o vencimento por inteiro é concedida a aposentação quando o magistrado ou funcionário completar vinte anos de serviço ou quando, tendo quinze anos de serviço, se achar impossibilitado física ou moralmente de continuar no exercício das suas funções.

§ 2.º Quando impossibilitado física ou moralmente com menos de quinze anos de serviço, a pensão de aposentação será igual a $\frac{1}{15}$ do vencimento de categoria por cada ano completo de serviço.

Art. 2.º Extraordinariamente poderá ser aposentado com o ordenado por inteiro o magistrado ou funcionário de justiça que se torne inábil para o serviço, por desastre que resulte do exercício das suas funções, por ferimento ou mutilação em combate ou luta no desempenho do cargo, ou por moléstia adquirida na prática de algum acto humanitário.

Art. 3.º A impossibilidade física ou moral é verificada pela Junta de Saúde das Colónias ou pela junta de saúde da respectiva colónia, com parecer fundamentado do chefe da repartição ou serviço a que pertencer o magistrado ou funcionário a aposentar.

Art. 4.º Para o efeito da aposentação será levado em conta o tempo de serviço público, incluindo o serviço militar de primeira linha com bom comportamento, que pelos magistrados ou funcionários haja sido anteriormente prestado em quaisquer outros lugares do ultramar sem desconto das licenças da junta de saúde ou graciosas que hajam gozado.

§ único. O tempo de serviço prestado em emprêgo público na metrópole será contado por metade, contanto que o magistrado ou funcionário que pretender aposentar-se pelas colónias conte, de facto, pelo menos, cinco anos de serviço efectivo no ultramar.

Art. 5.º Nenhum magistrado ou funcionário que tenha tido aumento ou melhoria de vencimento, por promoção, transferência, reforma de organização de serviços, ou outro qualquer motivo, poderá ser aposentado com pensão correspondente ao seu último ordenado, sem que o tenha recebido durante três anos.

§ único. A redução de ordenado não prejudicará, porém, o magistrado ou funcionário, para os efeitos deste diploma, quando tenha recebido o ordenado maior durante cinco anos.

Art. 6.º Ao tempo de serviço, liquidado para aposentação, segundo as prescrições legais, acrescerá a percentagem de 50 por cento, estabelecida no artigo 18.º da lei orçamental n.º 403, de 31 de Agosto de 1915, para o efeito da percentagem de 3 por cento a que se refere o artigo seguinte.

Art. 7.º A pensão de aposentação é igual ao vencimento de categoria e tércio, quando devido e vencido, acrescida de 3 por cento sobre o primeiro, por cada ano de serviço além de dez anos até trinta, não podendo, porém, este acréscimo exceder 60 por cento daquele vencimento.

§ único. Esta percentagem é isenta de qualquer imposto ou contribuição.

Art. 8.º A pensão de aposentação não pode ser acumulada com qualquer outro vencimento ou gratificação pagos pelos cofres do Estado, quando da acumulação

resulte quantia superior ou igual à que o funcionário perceberia se continuasse no serviço activo.

Art. 9.º O magistrado ou funcionário aposentado perde a respectiva pensão quando seja condenado em alguma das penas maiores estabelecidas na lei penal, ou ainda pena correccional por crime de furto, abuso de confiança, receptação de cousa roubada ou furtada, e falsidade.

Art. 10.º A aposentação pode ter lugar a requerimento do interessado, ou por iniciativa da autoridade a quem fôr subordinado ou o tiver nomeado.

Art. 11.º A Secção Judicial do Conselho Colonial consultará sobre a aposentação dos magistrados judiciais e do Ministério Público e mais empregados de justiça ultramarina.

Art. 12.º A antiguidade dos magistrados judiciais e do Ministério Público, para os efeitos de procedência, honras, preferência ou igualdade de circunstâncias, conta-se desde a data do embarque, se não demorarem por acto seu a posse do lugar, e compreende além do tempo de serviço efectivo o das licenças por enfermidade e das graciosas.

§ único. Publicar-se há bianualmente, pelo Ministério das Colónias, uma lista de antiguidade dos magistrados judiciais e do Ministério Público, podendo os que se julguem prejudicados reclamar, perante a Secção Judicial do Conselho Colonial, no prazo de seis meses.

Art. 13.º Nenhum magistrado ou funcionário se poderá aposentar sem ter concorrido durante cinco anos para a Caixa de Aposentações com a cota de 5 por cento dos seus vencimentos; quando conte menos de cinco anos de serviço, deverá indemnizar a Caixa com as cotas correspondentes ao tempo que faltar para completar esse prazo.

Art. 14.º (transitório). Os magistrados e funcionários de justiça já aposentados pelas colónias poderão, mas sem alteração dos prazos então em vigor para as respectivas aposentações, requerer a revisão dos seus processos para se integrarem nas disposições deste decreto, dentro de seis meses, a contar da data da sua publicação no *Diário do Governo*, findos os quais não lhes será admitida qualquer reclamação.

Art. 15.º Fica revogada a legislação em contrário, e especialmente os artigos 134.º a 151.º do regimento de justiça de 20 de Fevereiro de 1894, que este decreto substitui.

O Ministro das Colónias assim o tenha entendido e faça executar.

Para ser publicado nos «Boletins Officiais» de todas as colónias.

Paços do Governo da República, 4 de Maio de 1923.—
ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA — *Alfredo Rodrigues Gaspar.*

MINISTÉRIO DO TRABALHO

Instituto de Seguros Sociais Obrigatórios
e de Previdência Geral

Direcção dos Serviços da Tutela dos Organismos de Assistência Pública
e Beneficência Privada

Portaria n.º 3:557

Atendendo ao que representou a direcção do Albergue dos Inválidos do Trabalho, com sede nesta capital,

e assentimento da sua assemblea geral, pedindo autorização para vender diversos papéis de crédito, a saber:

- 555 acções do Banco de Portugal;
- 11 acções do Banco Lisboa & Açores;
- 4 acções do Banco Comercial de Lisboa;
- 5 acções da Companhia de Seguros Fidelidade;
- 3 acções da Companhia das Lezírias do Tejo e Sado:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Trabalho, conceder à referida corporação a autorização solicitada, sob a condição, porém, de que o produto da referida alienação será convertido em fundos do Estado, averbados a favor do Albergue dos Inválidos do Trabalho.

Paços do Governo da República, 4 de Maio de 1923.—
O Ministro do Trabalho, *Alberto da Cunha Rocha Saraiva*.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Direcção Geral dos Serviços Florestais
e Aquícolas

Lei n.º 1:420

Em nome da Nação, o Congresso da República decreta, e eu promulgo, a lei seguinte:

Artigo 1.º É o Ministério das Finanças autorizado a ceder ao Ministério da Agricultura a mata do lugar do Seminário, sita no concelho de Coimbra, que será incorporada nas matas nacionais do Estado.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

Os Ministros das Finanças e da Agricultura a façam imprimir, publicar e correr. Paços do Governo da República, 28 de Abril de 1923.—ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA—*Vitorino Máximo de Carvalho Guimarães*—*Abel Fontoura da Costa*.